

À ESQUERDA E À DIREITA: A REPRESENTAÇÃO DOS VALORES DE GÉNERO NAS FOTOGRAFIAS DE DUAS DEPUTADAS PORTUGUESAS⁵²

TERESA MENDES FLORES

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO (CIMJ)

Mulheres e Política: Um casamento difícil?

Para assinalar as comemorações do dia Internacional da Mulher de 2013, a 8 de Março, a rádio pública portuguesa Antena 1 dedicou um dos seus programas de conversas com as ouvintes e os ouvintes ao tema da igualdade de género na sociedade portuguesa atual. Um dos ouvintes manifestava-se de forma calorosa contra as diversas discriminações de que as mulheres portuguesas são ainda objeto, apesar dos muitos progressos, referindo como exemplo a “dupla jornada”, o facto de, depois de um dia de trabalho remunerado fora de casa, as mulheres terem à sua espera as tarefas domésticas, os filhos e os maridos para cuidar. E interrogava-se este ouvinte: “como hão de elas cuidar dos seus filhos e maridos?” e, por isso, defendia a possibilidade do trabalho parcial que, para este ouvinte, não é ainda bem acolhido pela maioria das empresas em Portugal. Ora, o que este ouvinte bem-intencionado não pensou foi no facto de exigir somente para as mulheres esse trabalho a meio tempo, sem interrogar, em qualquer momento da sua intervenção, o papel social de cuidadoras que atribuiu exclusivamente às mulheres. Aparentemente, para este ouvinte, a questão da conciliação entre trabalho e cuidados domésticos é simplesmente um problema das mulheres e, isso é sinal de uma das mais enraizadas discriminações. O ouvinte não se propôs ele próprio a cuidar da esposa e dos filhos e ficar no trabalho meio-dia, nem se lembrou que as mulheres podem não querer trabalhar a meio tempo. Apesar de a nível legislativo se ter avançado no sentido de abrir as diversas possibilidades laborais a ambos os sexos, no plano real, as pessoas ainda as pensam como destinadas exclusivamente ou prioritariamente às mulheres.

Victória Camps, falando sobre a visibilidade da mulher no século XXI (Camps: 2012), propõe uma mudança estrutural que para ela se encontra no reconhecimento social e no empoderamento da maternidade, problematizando a exclusão a que os valores patriarcais a relegaram,

⁵² Este trabalho resulta de um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, intitulado “Política no Feminino: Políticas de Género e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares portuguesas 1975-2001”. A pesquisa decorreu entre 2010 e final de 2012, no Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa. Mais informações sobre o projeto e as investigadoras em: http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaajornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista;

E ainda: http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=193:politica-no-feminino-&catid=12:projecto&Itemid=56

nomeadamente através da sua constituição enquanto contrária à produtividade⁵³. A separação entre as esferas do privado e do público e a sua correlativa *genderização* permanecem um dos temas essenciais das críticas feministas e dos estudos de género. A associação entre mulheres e valores da maternidade e domesticidade privada e homens e ação na esfera pública está na origem das discriminações das mulheres e continua a refletir-se na presença destas no espaço público, bem como na presença masculina no espaço privado. Não esqueçamos que os homens também têm vida privada e doméstica, no entanto, como bem o expressava o participante do programa de rádio de que acima falávamos, caberia às mulheres, no espaço doméstico, cuidar dos seus maridos. Isto significa que também na esfera privada, os homens tendem a exercer o seu domínio, **de certa forma, transpondo para este espaço características dos valores de liderança** do espaço público, embora mantendo em relação ao espaço privado um certo distanciamento alheado. Por outro lado, enfrentam também eles muitos entraves e contradições se quiserem tornar-se domésticos “donos-de-casa”. A imagem de cuidadora e de mãe permanece associada às mulheres e aos seus atributos, considerados contrários aos valores que caracterizam o espaço público. Correlativamente, o prestígio social de um homem tende a excluí-lo da domesticidade.

Lígia Amâncio, no seu estudo sobre a construção social das diferenças de género (1994), concluiu que, aos homens, estão mais associados traços de poder e assertividade e às mulheres características como a afetividade e sensibilidade; e que estas diferenças tendem a ser justificadas pela diferença biológica, que a autora contesta. Daí decorre, historicamente, a centralidade da atribuição da maternidade e dos seus respetivos valores – o cuidar, o nutrir, o proteger afetuosamente, a submissão alegre, a fragilidade – a características psicológicas e comportamentais das mulheres, onde quer que se situem socialmente, em termos de classe social, profissão ou esfera de ação.

Muitos estudos chegam a conclusões semelhantes. Alison Phipps analisou em 2007 as perceções de um grupo de homens e mulheres sobre a capacidade das mulheres para desempenharem profissões tecnológicas e elaborou um quadro que expressa esta diferença de valores de género e que evidencia a existência de uma contradição entre esses meios profissionais e os valores considerados femininos. A sua força está, precisamente, na capacidade de se imporem enquanto universo de expectativas a partir do qual os sujeitos femininos e masculinos avaliam e regulam o seu próprio comportamento e o dos outros. O que evidentemente se relaciona com o próprio conceito de estereótipo tal como Peter Berger e Thomas Lukmann (2010) o apresentam.

⁵³ Camps escreve: «O novo paradigma, a mudança estrutural, deveria ser capaz de transcender a polaridade (entre campo da produção e campo da reprodução). Porém, não através do caminho já percorrido, que é o de afugentar as mulheres dos trabalhos da maternidade, para que não encontrem nenhum obstáculo à emancipação. (...) Se não se conseguir transcender a polaridade, a complementaridade dos sexos continuará a significar desigualdade e submissão do sexo mais vulnerável. (...) é o reconhecimento da função reprodutiva o que se deverá conseguir» (2012:23). Pensamos que nesta argumentação bastante certa, falta tornar explícito que esta função reprodutiva é pertença de homens e mulheres, o que significa, numa linguagem mais inclusiva e esclarecedora, a nosso ver, falar antes de um repensar do valor social da parentalidade, atribuindo-lhe um maior prestígio ou pelo menos um prestígio equivalente ao que se tende a atribuir ao mundo do trabalho, diluindo esta oposição. Deve ultrapassar-se também a associação entre a identidade feminina e a maternidade – ou, como dizia Josephine Butler, o exercício de uma “maternidade social”, caso uma mulher não fosse mãe (tal como ser enfermeira, professora primária, voluntária social e da caridade, etc.) –, e não ter para o pai a mesma essencialização identitária, ou seja, o facto de para os homens o papel de pais nunca se ter tornado essencial na definição da identidade masculina.

Quadro 1
Valores de género sistematizados por Allison Phipps (2007)⁵⁴

Raparigas/Mulheres	Rapazes/ Homens
Feminino	Masculino
Social	Técnico
Identificação com o lar (privado)	Público
Suave	Duro
Interessada em aplicações	Interessados em abstrações
Consciente	Brilhante
Insegura	Confiante
Cautelosa	Aventureiro
Temerosa	Corajoso
Dependente	Independente
Incapaz de lidar com as dificuldades	Capaz de lidar com as dificuldades
Colaborativa	Competitivo
Ilógica	Lógico
Não muito boa em matemática	Bom em matemática
Ignorante acerca das oportunidades	Ciente das oportunidades
Com necessidade de apoio	Sem necessidade de apoio
Com necessidade de encorajamento	Sem necessidade de encorajamento
Equivocada nas suas percepções	Preciso nas suas percepções
Frívola	Sério
Sem imaginação	Imaginativo
Maleável	Constante
Passiva	Ativo
Biologicamente regida (corpo)	Capaz de escapar à biologia (mente)
Patológica	Normal

Ora, como o quadro permite tornar evidente, por muito que as mulheres estejam a conquistar terreno nestes domínios, os seus constrangimentos simbólicos são consideráveis. Começam cedo, nas formas de socialização de meninos e meninas. Numa pesquisa sobre “Desigualdades de género no atual sistema educativo português” (2003), Ana Monteiro Ferreira estuda as representações profissionais nos manuais escolares do ensino básico e a sua correspondência com as expectativas dos rapazes e raparigas quanto ao seu futuro profissional, e comprova uma correlação evidente entre as imagens e textos dos manuais e as expectativas dos alunos que os leem. Aí persistem associações entre as profissões de maior prestígio, de maior poder e notoriedade pública como tipicamente exercidas por homens, enquanto as mulheres continuam a ser representadas em profissões ligadas ao tradicional tratar, cuidar e educar. Raramente se assinalaram, nos manuais escolares analisados, imagens e textos com representações de sime-

⁵⁴ Fonte: Allison Phipps (2007) (versão portuguesa *apud* Schouten, 2011:41)

tria profissional. A profissão de “político” surge apenas no masculino, nunca é representada por imagens de mulheres⁵⁵, muito embora o número de mulheres parlamentares e ministras tenha subido gradualmente em Portugal⁵⁶.

Efetivamente, a **persistência destes valores de género não encoraja a autonomia e o empoderamento femininos** porque se relaciona poder e liderança a qualidades desejáveis apenas para os homens. Um dos principais entraves à participação política das mulheres bem como à sua **presença em cargos de chefia nas empresas tem sido, precisamente, o facto de se considerar o espaço público, e em particular o domínio da política, como envolvendo valores ligados à masculinidade, ou seja, a essa assertividade e competição de que fala Amâncio e à maioria das características descritas, no quadro acima transcrito, para os homens (corajoso, independente, competitivo, lógico, confiante, etc.)**. Num trabalho de 2007, Paxton e Hughes mostram como a **separação entre esferas pública/privada acaba por constituir-se como fonte de contradições para as mulheres políticas**. Algo que os seus homólogo masculinos não têm de enfrentar:

As pessoas também têm determinadas expectativas relativamente a homens e mulheres. Os estereótipos masculinos sugerem que os homens são assertivos, agressivos, dominantes, independentes e competitivos. As mulheres, por seu turno, são estereotipadas como protetoras, prestáveis, amáveis, gentis e educadas. (...) As líderes do sexo feminino enfrentam uma dificuldade adicional, na medida em que se veem obrigadas a cumprir dois papéis: o de líder e o de mulher. Os dois conjuntos de expectativas podem ser muito diferentes e, na prática, conflitantes entre si. Isto coloca a líder mulher numa posição difícil. Deverá ela atuar da forma que os outros esperam que atue enquanto mulher? Deverá ser protetora, generosa e doce? Ou deverá atuar da forma que se espera de um líder que atue? Tal poderá exigir a exibição de comportamentos ‘masculinos’, tais como a agressividade e domínio. Quando as líderes do sexo feminino optam pelo segundo caminho, a pesquisa demonstra que são negativamente avaliadas. (...) Por exemplo, Margaret Thatcher, uma política muito agressiva e assertiva, era chamada ‘Áttila, the Hen’ (Paxton e Hughes, 2007: 91).

Estes fatores produzem um duplo constrangimento para as mulheres políticas, que os homens políticos não vivem, a não ser o de garantirem a sua conformidade com o modelo hegemónico de masculinidade, o que é uma pressão muito forte e frequentemente homofóbica. Mas, desde que encarnem os valores da identidade masculina, estes coincidem com os do espaço público político. Não existe, para os homens, qualquer contradição entre o modelo social da sua subjetividade hegemónica e o exercício das funções políticas⁵⁷.

⁵⁵ O mesmo acontece com as profissões de “advogado”, “juiz”, “engenheiro”, “técnico de informática”, “piloto” ou “mecânico”. Os desportistas, embora representem algumas mulheres, são esmagadoramente representados por homens, especialmente futebolistas, embora o ballet surja só como feminino. Existe uma grande presença nestes manuais de imagens de cantores, músicos e atores de cinema de ambos os sexos. Mas o número de imagens com estes artistas no masculino é muito superior face ao número de vezes em que as mesmas profissões artísticas são representadas por mulheres.

⁵⁶ Atualmente, em Portugal, e desde 2006, com a aprovação da “Lei da Paridade” (Lei nº 3/2006 de 21 de Agosto) a presença parlamentar mínima do sexo menos representado tem de ser de 33,3%.

⁵⁷ Karin Wahl-Jorgensen (2000), em «Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992», observa como as campanhas eleitorais lançam um verdadeiro controlo aos seus candidatos no sentido de eliminarem

As mulheres candidatas partem, apesar de tudo, em desvantagem e não só têm de justificar constantemente a sua própria presença na política como sentem que a sua aparência, idade e situação familiar se tornam imediatamente temas de conversa e temas da atenção dos *media* (Karen Ross e Annabelle Sreberny, 2000). Nos *media* as referências à vida privada dos ministros através do ângulo da conciliação entre família e política é raro quando se trata de um homem (Sreberny e Van Zoonen, 2000).

Um dos problemas possíveis da campanha eleitoral de Manuela Ferreira Leite⁵⁸, analisada por Carla Martins (2012), foi talvez o de não ter correspondido melhor aos estereótipos femininos e ter sido apresentada pela imprensa de forma híbrida, parecendo nunca tomar a decisão certa quanto aos momentos em que deveria ser “boa ouvinte” ou quando, pelo contrário, deveria “atacar” o adversário. Tornava-se sempre alvo dos comentadores políticos, ora por uma, ora por outra razão, já que o seu comportamento nunca se adequa aos “tipos-ideais” que moldam as expectativas para os homens e para as mulheres políticas. Como refere Martins, a imprensa relaciona Manuela Ferreira Leite com a imagem de uma avó, numa referência também à sua idade: uma imagem considerada desadequada às funções a que se candidata por ser completamente antitética com as noções de poder, capacidade de intervenção, juventude, energia, etc. (basta consultar a coluna masculina do quadro transcrito acima). Curiosamente, as questões relativas à aparência física foram mais importantes e referidas pela imprensa para o seu adversário José Sócrates, num sentido positivo e mostrando como este valor se tem tornado, progressivamente, muito importante para os candidatos masculinos na era em que a política democrática se tornou televisiva.

Estes resultados ajudam-nos a situar o caso que queremos apresentar neste artigo. No contexto da investigação que levámos a cabo nos últimos três anos sobre as estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares portuguesas, um dos aspetos considerados indispensáveis foi o da análise das representações de género na imprensa, tanto ao nível do texto como ao nível das fotografias publicadas nas peças jornalísticas. Aqui pretendemos mostrar o caso particular das fotografias das duas deputadas mais fotografadas do nosso *corpus*⁵⁹.

Este caso surge-nos como singular na medida em que estas duas deputadas apresentam um perfil pessoal e um trajeto político bastante diferenciado, quer em termos ideológicos, uma vez que uma é comunista e outra democrata-cristã, ou seja, uma à esquerda e outra à direita do espectro político, de diferentes origens sociais, uma oriunda da classe média e outra de famílias

qualquer vestígio de feminilidade de forma a corresponder em tudo a uma representação masculinizada. Quem não se lembra do desejo do Presidente americano George Bush, filho, de possuir um gato? Desejo rapidamente contrariado pelos seus conselheiros de comunicação que o “obrigaram” a ter um cão, mais apropriado à representação da masculinidade, contando não se tratar de um cão pequeno de companhia, também proibido a Presidentes masculinos.

⁵⁸ Manuela Ferreira Leite é uma política portuguesa do Partido Social Democrata, de direita, que se candidata ao lugar de primeira-ministra nas eleições de 2009. O seu principal rival foi José Sócrates, do PS, que haveria de ganhar as eleições.

⁵⁹ O qual compreendeu 342 fotografias, distribuídas entre 1984 e 2001, a propósito das discussões sobre Interação Voluntária da Gravidez (IVG) e paridade política (as famosas “quotas” para deputadas), nos jornais diários Diário de Notícias, Diário Popular, Público, Correio da Manhã e nos semanários O Independente e Expresso. Os critérios de seleção adotados foram: todas as peças jornalísticas sobre os debates parlamentares escolhidos, com fotografia e publicadas num período entre um mês antes até um mês depois, da data dos referidos debates. Selecionaram-se, ainda, as peças com fotografia, que envolvessem a ação dos deputados e deputadas sobre aqueles assuntos, mesmo que não se noticiassem os debates.

da alta burguesia lisboeta, e ambas advogadas de formação. Odete Santos (OS) entrou no Parlamento português ainda nos anos 80 enquanto Maria José Nogueira Pinto (MJNP) apenas o integra mais de uma década depois. Em todo o caso, no nosso estudo surgem como as figuras femininas mais presentes nas páginas da política, constituindo-se como casos de popularidade e de “atratividade” mediática. Pretendemos, assim, caracterizar o modo como estas duas deputadas foram representadas fotograficamente pela imprensa e em que medida as duas parlamentares correspondem ao universo de expectativas de género delineado pelos valores acima descritos.

Aspetos metodológicos da análise de imagem

Uma das primeiras questões a enfrentar nesta análise diz respeito à relação entre os valores de género e a sua representação visual. Como se representa a coragem ou o temor? A independência e a dependência, o carácter aventureiro ou o carácter cauteloso? – sendo estes, como vimos, apenas alguns dos valores opostos referidos no quadro 1. Esta questão é antiga e podemos encontrá-la nos escritos de Leonardo Da Vinci sobre pintura (Da Vinci, 2004). Para Da Vinci, o bom pintor é aquele que não se limita a imitar o visível mas consegue expressar os seus valores mais abstratos: «**O bom pintor deve pintar duas coisas principais, que são o homem e o conceito da sua mente. O primeiro é fácil, o segundo difícil porque é preciso figurá-lo com gestos e movimento de membros**» (2004:25) – **já que as artes plásticas figurativas procedem através de signos que se referem ao concreto e não ao abstrato, usando objetos, gestos e evocando movimentos e relações entre figuras no espaço.**

A qualidade das obras jogava-se, por isso, na capacidade do desenho instituir, não apenas o visível perceptivo, mas o que está para além do visível, tornando-se uma atividade de produção de símbolos visuais, que os pintores, desde o Renascimento, e recuperando o classicismo grego, quiseram afirmar como «cosa mentale» – como defende Leonardo Da Vinci nesse seu tratado: a pintura e o desenho, em particular, são compreendidos como uma forma de conceptualizar e compreender o mundo natural, as suas relações e características, semelhante à filosofia, e assente na qualidade moderna da observação e exame aturado da natureza, modelo de todas as coisas - no entanto, não simplesmente com o intuito de descrever a natureza mas, pelo contrário, de a instituir enquanto ideal (Paixão, 2008).

No século XX, Erwin Panofsky propõe uma metodologia de interpretação das obras de arte que vem de algum modo procurar sistematizar esses dois planos da significação, um mais ligado à interpretação dos estímulos sensíveis e outro aos seus significados simbólicos⁶⁰. A interpretação é sistematizada por etapas encadeadas de significação ou níveis de interpretação, algo re-

⁶⁰ Em *Estudos de Iconologia*, publicado pela primeira vez em 1939, Panofsky organiza os níveis de interpretação das obras de arte e das imagens em geral, em três níveis interpretativos interdependentes: O conteúdo temático natural ou primário, subdividido em Factual e Expressivo; o conteúdo secundário ou convencional: este é o nível iconográfico no seu sentido mais habitual; e o Significado intrínseco ou Conteúdo: trata-se da resposta à pergunta relativa à finalidade última da imagem que por vezes transcende até a vontade consciente e expressa do próprio artista. Panofsky recorre aqui ao conceito de “forma simbólica” de Ernst Cassirer. Para chegar a este significado é indispensável relacionar a obra com um conjunto de documentos históricos da época e o contexto de produção da obra, identificando os recursos estilísticos materializados em dadas formas, motivos e temáticas, disponíveis numa época, encontrando de certa forma as suas regularidades (Panofsky, 1995).

corrente nas análises semióticas que entretanto se desenvolvem (como o conceito de semiosis em Peirce e dos seus diferentes tipos de interpretantes⁶¹).

A **relação com a cultura envolvente, com os códigos visuais dessa cultura e modos conven-**cionados de significar dados valores abstratos em imagens concretas, **é algo presente na maioria dos autores.** Isto significa, como lembra Abigail Solomon-Godeau, num interessante estudo sobre a representação dos homens na pintura neoclássica francesa, que a obra não se explica a si própria, através da sua estrutura interna, mas no complexo jogo de códigos culturais mais gerais, onde a obra se situa:

A **aparência, o significado, os códigos, conotações e significações das imagens vi-**suais em qualquer momento histórico são conjuntamente produzidos e recebidos por referência a **um fundo de crenças e convenções partilhadas com fronteiras e parâme-**tros bem determinados (1997:44).

Uma outra aproximação a esta problemática da interpretação de uma imagem é a conhecida divisão de Barthes entre denotação e conotação (Barthes, 1984a; 1984b e 1987). A partir de Hjelmlev e da sua divisão de qualquer função semiótica (ou signo) em plano da expressão e plano do conteúdo, **Barthes estuda aquela articulação particular entre uma primeira cama-**da de sentido, equivalente a uma simples identificação dos objetos e cenas representadas na imagem, ou seja, o sentido denotativo – algo semelhante aos primeiros níveis de interpretação para Panofsky e Peirce –, e uma segunda camada de sentidos, acrescentados ao primeiro signo, tornado plano da expressão de novos sentidos conotados, os quais resultam de convenções ou da atividade criativa humana. Estes constituem um repertório de símbolos à disposição de produtores de imagens e intérpretes e, **em conjunto, constituem os sentidos ideológicos e mi-**tológicos de uma cultura.

Tal como refere Panofsky, para encontrar o “significado intrínseco” das obras/imagens temos de recorrer a saberes culturais sobre o significado corrente de gestos, olhares, poses, adeços, ações e interações entre figuras representadas, etc., procurando perceber a construção de regularidades formais nos modos da sua representação (como é o caso dos estilos, para Panofsky). A pose, por exemplo, é um dos processos de conotação fotográfica apontados por Barthes em A mensagem fotográfica (1984a).

A interpretação **implica sempre o recurso a esta reserva cultural de signos e torna-se indis-**pensável numa análise das representações de género. Pretenderemos, por isso, perceber que iconografia **é mobilizada pelas representações das duas deputadas, o que implica a considera-**ção de um conjunto de análises formais, contextos internos à imagem, contextos externos relativos ao modo de disposição da imagem nas páginas dos jornais, contextos culturais externos ao jornal e presentes quer na iconografia quer no contexto histórico dos factos representados.

Para o fazermos, recorreremos ainda a uma outra referência teórica que, de certo modo, sistematiza todos os anteriores contributos. Trata-se da abordagem socio-semiótica, proposta por Gunther Kress e Theo Van Leeuwen, em particular a sua obra *Reading Images. The Grammar of Visual Representations* (2006). Partindo da linguística funcional de Michael Halliday, estes autores estruturam a sua análise das imagens a partir das três funções semióticas, enunciadas

⁶¹ Os interpretantes imediatos, dinâmicos e finais (cfr. Peirce: 2000).

por Halliday: a função representacional, a função interativa e a função textual, funções estas que seguiremos na nossa análise⁶².

A estética dos opostos: As fotografias de Maria José Nogueira Pinto e Odete Santos na imprensa

A peça “Frente a Frente” (figura 1) foi publicada pelo *Diário de Notícias* no dia do debate parlamentar das propostas de Lei de despenalização do aborto, a 20 de Fevereiro de 1997, e pretende colocar em oposição duas opiniões divergentes de duas deputadas, intervenientes no referido debate. O propósito do jornal é claro – explicitado, desde logo, pelo nome da rúbrica. Tem por princípio o **critério da imparcialidade jornalística no sentido da apresentação de diferentes opiniões e pontos de vista sobre um assunto**, equivalendo aqui, a dois partidos muito distintos, o Partido Comunista Português (PCP) e o Centro Democrático Social- Partido Popular (CDS-PP). Além disso, o equilíbrio foi também uma preocupação jornalística. Neste caso, houve a intenção clara de escolher duas mulheres para opinarem sobre um assunto, também ele, relativo às mulheres e ao seu corpo, num debate onde abundaram as vozes masculinas⁶³.

⁶² Os autores caracterizam estas **várias funções semióticas simultâneas, do seguinte modo: 1) a função representacional** ou ideacional: todo o sistema semiótico representa o mundo “lá fora”. Trata-se do conceito que outros semiólogos designam por objeto de um signo, ou referente. Este referente é representado de dados modos, sendo tão relevante o que está representado como o que não está - regra importante em qualquer sistema de significação. De forma sumária, os autores apresentam aqui dois modos de representação: as imagens conceptuais e as imagens narrativas. As primeiras têm por objetivo qualificar a essência de dado participante representado, equivalem ao uso de adjetivos qualificativos na linguagem verbal; as imagens narrativas têm por característica distintiva a presença de vetores que são elementos visuais/gráficos **que ligam de dados modos os participantes representados, ou seja, representam ações. Estas ações podem ser não-transacionais, se não têm um objeto representado; ou transacionais, se o fazem. Podem ainda representar um acontecimento, em que apenas surja a ação sofrida mas não o ator; no caso em que representem apenas o ator, sem o seu móbil, tende a tornar-se sem objeto (ou seja, intransitiva). Existem ainda processos reativos, isto é, sempre que existam vários participantes representados numa imagem e uns reajam aos outros (aqui estamos a falar sobretudo de pessoas ou animais, capazes de manifestar reações, aos fenómenos representados). A análise formal da imagem é indispensável para compreender estas estruturas representacionais: os ângulos de visão, as escalas de enquadramento, a composição, as quais afetam também, a função interpessoal 2). a função interpessoal: todo o sistema semiótico estabelece determinadas relações entre os participantes representados e os participantes interativos, seja este processo consciente ou inconsciente. Os autores, de forma genérica, classificaram estas relações em dois conceitos: a imagem oferta e a imagem pedido. Na imagem oferta não se estabelece qualquer relação imaginária entre ambas as instâncias - o espetador e espetadora são **voyeurs, exteriores à imagem; enquanto na imagem pedido existe uma direta interpe- lação entre participante representado e quem vê (participante interativo), normalmente através do olhar direto e/ou dos gestos.** 3) a função textual: todo o sistema semiótico se organiza para compor uma determinada leitura num dado contexto textual/ comunicacional coerente. No caso dos jornais, trata-se de juntar diversos modos comunicacionais como sejam, as fotografias, os grafismos e as palavras. Estes três recursos comunicacionais são combinados de dados modos para representar o “seu” mundo. Kress e Van Leeuwen sistematizaram os sentidos genéricos na cultura ocidental, as- sentes nos estereótipos da tradição e nas abordagens da psicologia da percepção e da arte (Arnheim, 1998). Consideraram quatro quadrantes de uma página. Assim, em cima significa o ideal; em baixo na página, significa o real; o lado esquerdo, significa o que já está estabelecido, o “já dado”, o comumente aceite; o lado direito, o problemático, o que é discutido ou discutível, o novo. Estes valores são também válidos para a análise da composição interna da imagem, na função representacional e têm que ver com o sentido de leitura ocidental, da esquerda para a direita (Arnheim, 1998).**

⁶³ Esta é uma das conclusões do nosso estudo “Política no feminino”. Consulte o site do projeto em <http://www.cimj.org/politicanofeminino/>

Esta intenção de comparação e contraste encontra-se igualmente expressa se considerarmos o *layout* da página, a sua retórica, ou seja, se examinarmos a função textual, acima referida. O *layout* mimetiza a ideia de “frente a frente” na forma como se colocaram as fotografias das deputadas e os seus respetivos textos: formando colunas, uma à esquerda, a do partido de esquerda; outra à direita, a do partido de direita. Ao centro, como instância mediadora, surge a voz do jornalista, que contextualiza, resume e destaca as ideias mais relevantes de cada uma das posições. Ao centro, ainda, um pouco em baixo, surge uma fotografia do local da contenda, remetendo leitores e leitoras, para o hemiciclo parlamentar. O lugar do jornalismo está, assim, também marcado no próprio *layout* da página.



Figura 1: *Diário de Notícias* 20 Fev. 1997

As fotografias das deputadas encontram-se no topo das respetivas colunas de texto, com o nome das deputadas escrito ao lado, suportados ambos por uma linha gráfica, que se estende a partir das fotografias. A sua forma é equidistante, as colunas de texto também se opõem do mesmo modo, reforçando então, o próprio conteúdo contrastante dos textos.

O recurso à fotografia, aos elementos gráficos e aos nomes destaca as autoras de cada um dos textos com clareza. Se seguirmos a ordem de leitura habitual, no caso da deputada comunista Odete Santos (OS), temos uma prioridade dada à imagem e só a seguir ao texto. Já para a deputada centrista a ordem é inversa. Isto pode significar, segundo o que propõem Kress e Van Leeuwen (2006), uma representação mais da ordem das emoções e da natureza associada à **deputada comunista; e mais intelectualizada, racional e ligada a valores da racionalidade** (como o equilíbrio, a temperança, etc.) e do cultural, no caso da deputada centrista. Vários outros elementos, nos ajudarão a demonstrar que existe uma espécie de desvalorização da mulher comunista e uma idealização da feminilidade da mulher conservadora - diferenças estas que, certamente, as **características de natureza pessoal das duas deputadas não são suficientes para explicar.**

Prosseguindo a proposta de **análise socio-semiótica desta função textual, vemos que a localização à esquerda da peça/fotografia de Odete Santos atribui-lhe um sentido ligado ao que já está estabelecido, ao que já é conhecido, ao já dado** — de certa forma indo ao encontro da acusação muito frequente, ainda hoje, de que os comunistas não mudam nunca de discurso; por outro lado, a localização à direita do texto e fotografia da deputada conservadora, expressariam

conotações de “novidade”, do que ainda não foi estabelecido, ou algo que está em questão. A ordem de leitura também **permite aferir vantagens para o texto da direita face ao da esquerda**, tomado como um movimento de uma coisa a outra, de onde se parte e onde se chega.



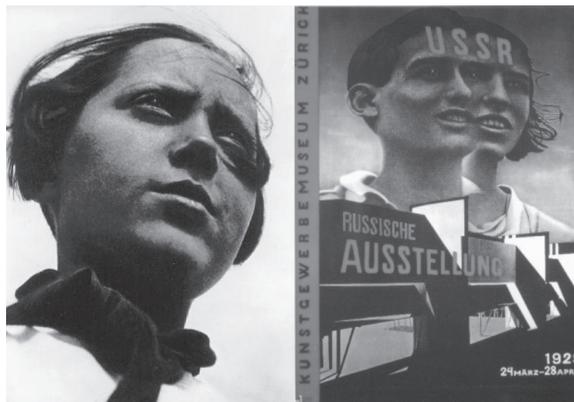
Figura 2. Odete Santos e Maria José Nogueira Pinto. Diário de Notícias, 20 de Fevereiro de 1997.

Considerando a **função representacional das duas fotografias**, encontramos **características** muito contrastantes do ponto de vista formal, num primeiro nível de significação, bem como do ponto de vista das referências estéticas de cada imagem, e ainda, dos estereótipos de **representação visual de género a que recorrem**. **Ambas as imagens são notoriamente reenquadramentos** de outras fotografias, cortadas até ao modo retrato, a fim de permitir a clara identificação das figuras representadas. Essa será a razão provável da ausência de referência à autoria destas fotografias. Na nossa pesquisa os resultados demonstraram que as imagens de rostos com o objetivo de identificação de personagens são o tipo mais frequente de fotografias nos jornais analisados.

A deputada comunista surge representada num **ângulo ligeiramente contrapicado e de perfil**, numa escala de grande plano, onde apenas uma parte do pescoço deixa entrever a gola de uma camisa quadriculada, por baixo do que poderá ser um casaco. Esta escala implica grande proximidade e dramaticidade, de modo que conseguimos facilmente ver a sua **expressão: a deputada parece gritar**, cabeça erguida, olhos numa linha horizontal, dirige-se para alguma coisa fora de campo. O seu semblante é agitado e de protesto. A deputada é representada numa ação cujo móbil não é visível, mas é, claramente, uma imagem narrativa. O enquadramento torna-a numa estrutura intransitiva pela ausência de objeto do seu protesto ou grito. Em todo o caso, é uma representação do confronto, da ação decidida e militante. Uma representação de poder e força que podemos associar a alguns valores expressos no quadro 1, na coluna masculina, tais como a “coragem”, a “dureza” e o carácter “ativo”.

A **referência estética desta imagem reside nas imagens do construtivismo russo e do realismo socialista** que conceberam este estereótipo para representar o povo que se agiganta e muito em especial as mulheres, para as quais forjaram um conjunto de valores diferentes da tradição (e concebidos como “não-burgueses”). Este tipo de imagem surge também no cinema soviético. Repare-se nos exemplos da figura 3. Uma das diferenças significativas entre estas imagens e a de OS é a direção dos olhares das figuras representadas. No caso da fotografia da deputada

comunista, ela surge a olhar na direção direita-esquerda, enquanto os outros exemplos olham no sentido da nossa leitura, esquerda-direita. De acordo com Rudolf Arnheim (1998), seguido de perto pelos autores da socio-semiótica, existe uma maior tensão sempre que as linhas de uma composição **não reforçam o nosso sentido convencional de leitura. É o que acontece na representação de OS**, que assim está em oposição, gera maior tensão, cria um sentimento de maior instabilidade. Ao contrário dos exemplos de Rodchenko ou El Lissitzki que colocam esperança e futuro naqueles olhares. Odete vira-se, a contrário, mais para o passado, para o já estabelecido.



Figuras 3: Alexander Rodchenko, Pioneira (imagem à esquerda);
Capa do catálogo da representação soviética na Exposição Internacional de Zurich de 1929,
concebida pelo artista plástico El Lisitzki (imagem à direita).

Do ponto de vista da função semiótica interpessoal, a imagem de OS **não estabelece qualquer relação explícita com quem observa a imagem: é, por isso, uma “imagem ofertada”**. A cumplidade com o espetador e espetadora não é procurada explicitamente pela imagem, que os mantém de fora, não implicados e, por isso, mais distanciados. Repare-se ainda, na imagem da figura 4, publicada pelo mesmo jornal no dia anterior. A mesma influência estética pode ser convocada, para uma imagem com uma escala de enquadramento mais alargado, ao nível do plano aproximado de tronco. Odete Santos de perfil, quase geométrico, cabeça e corpo direitos e rígidos, faz sentir a sua presença.



Figura 4. Jornal *Diário de Notícias*, 19 de Fevereiro de 1997.

O ângulo de visão é frontal, mas o efeito de engrandecimento da figura não deixa de se fazer sentir em resultado da ocupação central e quase total da imagem. Um dos dispositivos do reforço deste destaque é o parapeito na parte inferior do enquadramento, que surge como um adicional “reenquadramento” e contribui para esse destaque - um artifício retórico que remonta aos retratos renascentistas, contribuindo como **índice da figura retratada e um seu suporte escultórico**⁶⁴.

Desta vez, OS **não parece estar a falar. O contexto de ação não nos é dado de forma clara**, embora seja possível perceber que a deputada foi fotografada na Assembleia da República, cujas bancadas são entrevistas no último plano da imagem. A fotografia funciona mais como uma **caracterização da deputada (uma “imagem conceptual”)**, da sua **posição de força**, representada pela pose e transformada, fotograficamente, em símbolo da posição ideológica que a deputada sustenta. Este efeito resulta da **relação com a legenda: “Pró-aborto: Odete, pela mulher”**, apesar das **conotações negativas associadas ao uso da expressão “pró-aborto”**, um sentimento negativo muito usado pelos movimentos de posição contrária, auto-designados “pró-vida”⁶⁵. As conotações negativas sugeridas pela primeira expressão do título, contribuem para produzir uma interpretação **mais dúbia da imagem, menos preferencial, a qual se associa também à direção da figura**, que olha para a esquerda: mais uma vez em “tensão” com o sentido de leitura habitual. Esta posição **reforça a conotação de “coragem” e “frontalidade” da figura da deputada**, mas é **também associada, como referimos, ao passado, àquilo que não tem futuro. A segunda parte da legenda sublinha um certo carácter heróico de OS, “pela mulher”, resultando mais positiva que a primeira imagem da figura 1**. Contudo, devido a esta contradição expressa na legenda e na direção da figura da deputada, propõe-se uma leitura problemática quanto à sua valorização (positiva ou negativa).

Considerando, agora, a fotografia de MJNP encontramos características muito diferentes. A deputada conservadora é representada por uma fotografia também em grande plano, numa escala muito idêntica à da fotografia de OS. Contudo, os **códigos visuais a que faz apelo são muito distintos**, na medida em que recorre ao género “retrato”. Este género resulta de um contrato tácito entre fotógrafo e fotografado, e expressa-se através de poses mais ou menos combinadas e conscientes do objetivo de se transformar em imagem e, com isso, traz ao fotografado/a um maior domínio da situação. O que não acontece no caso da deputada comunista, muito embora possa estar consciente de poder ser fotografada, o seu controlo da situação **fotográfica é menor** do que tipicamente acontece no caso do retrato preparado.

No caso deste retrato de MJNP, a pose estabelece uma relação direta com o espetador e a espetadora da imagem. Existe uma interpelação consciente através do olhar da deputada para a câmara. Do ponto de vista da função semiótica interpessoal, trata-se de uma “imagem pedido”. A deputada também não está em ação, nem tem qualquer objetivo para além da sua própria presença e da vontade de se apresentar. Isto induz um desejo de compor uma imagem positiva através de um conjunto de atributos. Trata-se, do ponto de vista da função semiótica representacional, de uma “imagem conceptual”.

Os atributos da deputada depreendem-se do seu olhar terno, do seu semblante sereno, das marcas da sua feminilidade patentes no uso de adornos femininos como os brincos, que OS

⁶⁴ Com as respetivas conotações que uma relação à escultura significavam no contexto da cultura visual renascentista: a perenidade, a homenagem à figura retratada.

⁶⁵ Ana Prata, investigadora neste projeto, mostrou no seu artigo que a cobertura jornalística das leis do aborto em 1997 e 1998 deram primazia às vozes contra a Lei (Prata, 2012).

não usa, e um anel no dedo (aliança de casada?). Isto embora ambas vistam roupa quadriculada, cuja gola é visível nas suas fotografias. O cabelo da deputada conservadora aparece bem penteado e alinhado, ao contrário do cabelo desgrenhado da comunista. Um aspeto marcante desta imagem de MJNP é a **presença das mãos da deputada, unidas e alinhadas junto ao queixo**, chamando mais ainda a atenção para o seu rosto, tornado central na imagem. Do ponto de vista estético, **esta imagem colhe algumas influências da estética modernista da fotografia direita**, uma vez que este colocar de mãos não é muito comum na cultura visual do retrato anterior às primeiras décadas do século XX. Contudo, do ponto de vista dos estereótipos de género e se sairmos do contexto particular do género retrato, encontramos representações semelhantes nas imagens religiosas, onde esta postura de **mãos e esta mesma expressividade surgem associadas às mulheres crentes**, com as mãos a expressar o gesto de rezar (figura 5). É evidente que MJNP não está a rezar, mas o seu gesto não deixa de poder conotar fé e esperança se o associarmos ao teor do seu texto. Uma das diferenças assinaláveis, e bastante significativas, é o facto da deputada olhar frontalmente e **não se encontrar de olhos baixos, algo mais frequente nos estereótipos de género em muitas imagens religiosas, em particular aquelas destinadas à educação das meninas**⁶⁶. Assim, se recorrermos de novo ao quadro 1, podemos associar esta imagem a atributos que **estão presentes na coluna referente às mulheres, mas também a alguns na coluna “masculina”**. Esta associação de valores podem mostrar MJNP como um novo modelo de “feminilidade” na política. Alguns dos valores “femininos” constantes no quadro a que a análise precedente nos conduz seriam a “suavidade”, o ser “colaborativa” e “cautelosa”, mas também “sociável”. Contudo, a sua postura frontal também a mostra “confiante” e “ciente das oportunidades” (se considerarmos o conteúdo do seu texto).



Figura 5. Ilustração de Santa Ana, mãe de Maria, a ensinar a filha (à esquerda) e acompanhada pelo pai, São Joaquim, na imagem da direita⁶⁷.

⁶⁶ Ver a este propósito o capítulo “A responsabilização das mães” In Schouten, Maria Johanna, 2011.

⁶⁷ Fonte: http://www.filhosdapaixao.org.br/doutrina/e_preiso_saber/catequese_nossa_senhora_01.htm, consultada a 20 de Março de 2013.

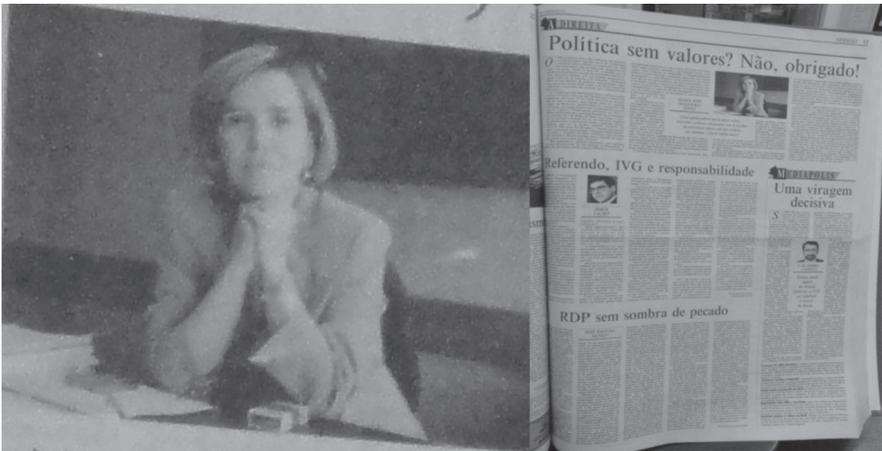


Figura 6: Jornal *Expresso*, 15 de Fevereiro de 1997

O mesmo gesto das mãos surge noutras fotografias de MJNP, como é o caso do exemplo da figura 6. Esta imagem também ilustra um texto de opinião, algo por si só valorativo, uma vez que são poucas as vezes em que as mulheres surgem nesta figura de especialista, menos ainda na política. **Note-se que a deputada centrista era nesta época a líder da bancada parlamentar do seu partido, um cargo que foi ocupado por uma mulher pela primeira vez na história do parlamento português.**

Esta imagem apresenta a deputada numa escala de enquadramento mais aberto, um plano aproximado de tronco que deixa ver parte do contexto onde se encontra a deputada. Estes elementos contextuais mostram a deputada sentada numa secretária onde estão dispostos alguns papéis, remetendo para um meio profissional. Sobre a secretária está ainda um pacote de cigarros, que concorre para diferenciar a deputada de uma imagem mais conservadora. MJNP apresenta-se numa pose semelhante à da imagem acima analisada, mas desta vez vemos a sua roupa cuidada, com um casaco formal, **típico das mulheres executivas e os seus adornos tipicamente femininos.** A sua maquilhagem é muito suave, contribuindo para um ar sério e discreto, geralmente valorizado para não chamar demasiado a atenção para o seu corpo ou aparência. Esta, no entanto, é cuidada e pensada, como se exige em particular às mulheres. Como refere John Berger em *Modos de Ver*, sobre a construção da subjetividade feminina:

A aparência de qualquer mulher define o que é ou não é «permitido» na sua presença. Cada uma das suas ações - **quaisquer que sejam os objetivos ou as motivações - é lida como a indicação de como ela gostaria de ser tratada.** Se uma mulher atira um copo ao chão, é esse um exemplo de como trata as suas próprias emoções de raiva e, portanto, de como deseja que essas emoções sejam tratadas pelos outros. **Se um homem faz o mesmo, a sua ação é interpretada apenas como expressão da sua zanga.** Se uma mulher diz uma boa graça, esse é um exemplo de como trata a humorista que existe em si, e portanto, o modo como ela, enquanto humorista, gostaria de ser tratada. Só os homens podem dizer uma graça pelo simples prazer de a dizer (1982:51)

Berger refere-se à **duplicidade associada à subjetividade feminina, sempre vigilante e vigiada de si própria.** Isto produz este carácter exemplar de cada uma das suas ações, que deixam de ser simples ações visando dados objetivos consequentes, para passarem a ser símbolos de

um posicionamento social e individual. Também no modo de vestir de MJNP se tem em atenção, simultaneamente, a preocupação com a aparência e a necessária modéstia, para não se tornar exibicionista, o que significaria correr o risco de ser tratada apenas como um corpo erótico e não como alguém para além do seu corpo, ou apesar dele. Este duplo constrangimento é, como mostrou Berger, um tema recorrente na pintura a óleo europeia, nomeadamente nas representações das mulheres ao espelho: algo que lhes é exigido para que se tornem a si próprias um bom objeto para o olhar masculino, para de seguida serem acusadas de frivolidade e, assim, remetidas a posições mais subservientes, em resultado da culpa que deverão, continuamente, expiar. O seu sucesso na vida dependia desta boa aliança entre aparência e moralidade.

Seja como for, esta aparência de MJNP realiza com sucesso, estas inflexões entre feminilidade discreta e exibicionismo. Algo que as imagens de OS não parecem contemplar, no modo como a sua gestualidade e ausência de indicadores de cuidados femininos – como os adornos, a conjugação das peças de vestuário, o cabelo ou a maquiagem – são revelados pelas fotografias. Assim sendo, enquanto a cobertura fotojornalística sublinha o modo como a deputada conservadora se adequa aos valores exigidos para as mulheres, o mesmo não acontece com a deputada comunista. Existem, efetivamente, características pessoais diferenciadas, mas o tratamento fotojornalístico, nas escolhas que faz, amplifica umas e outras características.



Figura 7 a e b. Jornal *Correio da Manhã*, 5 de Fevereiro de 1998.

Vejamos, ainda, o modo como o jornal tablóide *Correio da Manhã* representa as duas deputadas (figura 7). Por razões de economia de espaço, não vamos aqui analisar a função textual, bastante importante neste jornal, no modo como recorta e destaca as figuras. Centremo-nos, apenas, nas duas imagens onde surgem as duas deputadas.

MJNP, líder parlamentar do CDS-PP, é representada a conferenciar com os deputados da sua bancada. Ela é, inequivocamente, sujeito da ação na legenda: «A líder parlamentar do PP, MJNP, não viu aprovado o projeto dos populares de atribuir personalidade jurídica ao embrião». Contudo, na imagem, ela está representada a ouvir atentamente um dos seus pares, o deputado que se vê do lado esquerdo da imagem, que lhe fala com uma expressão determinada. Esta imagem, com um enquadramento de conjunto e um ângulo picado, realça o círculo fechado formado pelo corpo dos vários deputados, em especial formado por aqueles que se encontram de costas. Do ponto de vista da função representacional, trata-se de uma imagem narrativa, onde um vetor de interesse, constituído pela troca de olhares entre as duas figuras principais, atravessa a circularidade do grupo. Existe alguma bilateralidade nesta representação que nos é sugerida, precisamente, pela circularidade do grupo, conotando cooperação entre os seus

membros que, em segredo, combinam a estratégia. A composição desta imagem realça também a figura da deputada, pois ela é o objetivo onde se chega, existindo uma linha ascendente que termina na sua cabeça, o que a coloca em destaque. Curiosamente, num gesto singular, a deputada pouso o seu queixo sobre o parapeito da bancada, cuja linha diagonal formada pela bancada, acaba por a realçar.

A representação de liderança assume frequentemente, de acordo com os resultados desta investigação, este tipo de interações em que líder e liderados surgem representados. Porém, neste caso, a reciprocidade de forças nos olhares trocados entre MJNP e o deputado à direita do enquadramento não tornam clara a liderança da deputada, embora seja identificada como sujeito da ação, na legenda.

Na fotografia de OS **não existe qualquer indeterminação quanto ao protagonismo**. OS ocupa o centro da imagem e, de pé, dirige-se ao Parlamento, rodeada pelos seus pares - algo mais frequente para representar as lideranças masculinas⁶⁸. A legenda também **lhe confere protagonismo**: “OS, no seu estilo inconfundível, foi o elemento em destaque na bancada comunista”. Analisando a função representacional, trata-se de uma imagem narrativa, mas, ao contrário da anterior, o seu objetivo está fora-de-campo, pois não vemos a quem OS se dirige. A deputada comunista constitui aquilo que Kress e Van Leeuwen designam por “fenómeno”, uma vez que **está a ser observada por alguns participantes representados, que reagem ao que diz: os reatores**. Estes são muito importantes na representação das lideranças e surgem, frequentemente, nas fotografias do nosso estudo, associados aos líderes masculinos.

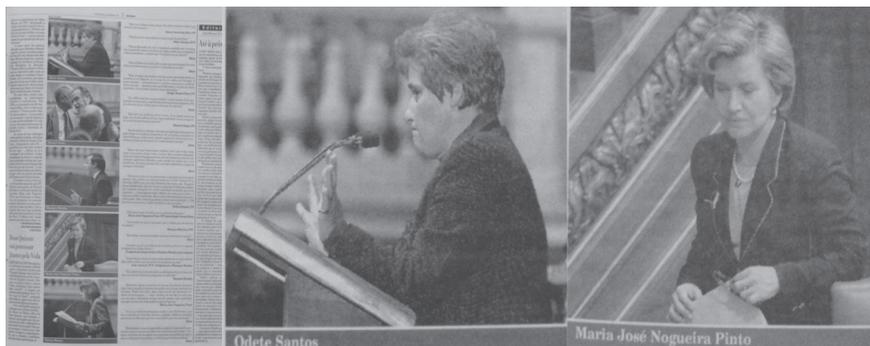


Figura 8: Jornal *Público*, 21 de Fevereiro de 1997.

Se OS é inequivocamente representada como líder – embora não exerça um cargo, como acontece com a deputada centrista – o que se destaca nesta fotografia é, **como a legenda sublinha, o seu “estilo inconfundível”**. **Refere-se a legenda ao aspeto que imediatamente notamos: a deputada coça o nariz - um gesto pouco elegante. À luz das considerações que apresentámos atrás, se é deselegante num homem, mais ainda será numa mulher, dado o controlo social exercido relativamente à aparência feminina**. Este gesto desadequado, arruína qualquer pretensão de ser tomada a sério e, assim, apresentar-se como modelo a seguir. Embora seja a

⁶⁸ Essa é uma das conclusões do nosso estudo. Ver Revista *Media & Jornalismo*, nº 21, “Política no Feminino 2012: http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaajornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista

deputada mais popular entre os fotógrafos, as suas imagens sublinham frequentemente o seu carácter insólito. **E embora OS corporize muitos dos valores masculinos do quadro 1: ela é corajosa, aventureira, destemida, lógica e brilhante nas suas intervenções políticas** – como muitas vezes lhe era reconhecido e publicado em alguns jornais – essas características que a tornam altamente competitiva com os seus pares masculinos e de acordo com os valores do espaço político parlamentar, resultam ridicularizados e remetidos para o anedótico.

MJNP, pelo contrário, exercendo um cargo de liderança formal, nunca surge tão assertiva, nem tão frontal. **Apesar de pessoalmente muito combativa - como o provam as suas intervenções parlamentares⁶⁹ – a sua representação fotográfica nunca o sublinha, surgindo antes associada a uma certa temperança ou cordialidade (veja-se os seus retratos).** É alguém em quem se pode confiar, uma mulher decidida mas sem exageros, os mesmos que parecem associar-se à deputada comunista. MJNP não é representada como uma ameaça à dominação política masculina. Veja-se um último exemplo dos muitos possíveis: MJNP desfila, serena – depois de acabar de discursar –, de olhar baixo: a sua beleza é revelada na sua modéstia. A combativa OS, mais uma vez em ação, no púlpito, é tratada com gestos estranhos, quase grotescos ou ilógicos, resultando numa desvalorização da sua presença (figuras 8).

Conclusões

Alguns estudos têm demonstrado a existência de uma **contradição entre os valores atribuídos ao espaço público político e os valores da subjetividade feminina hegemónica, contradição que se revela problemática para as mulheres na política que têm de estabelecer uma ponte difícil entre estes valores (Paxton e Hughes: 2007).** Embora para muitas correntes feministas, esta diferença de características trazidas pelas mulheres para o espaço político seja um ponto a favor da necessidade da sua participação, **por outro lado, têm significado desvantagens persistentes na sua entrada nos círculos de poder. Como sublinham alguns estudos sobre profissões (Phipps: 2007; Ferreira: 2003), as profissões de maior prestígio, de maior remuneração e poder continuam, persistentemente, a ser representadas nos *media* e nos manuais escolares como profissões “masculinas”.** A política é um desses casos.

Partindo de um quadro de valores, proposto por Phipps, sobre as percepções de um grupo diversificado de homens e mulheres sobre as razões que justificariam a existência de poucas mulheres em profissões mais técnicas (quadro 1), tentámos associar estes valores às formas de representação visual de duas deputadas portuguesas, uma comunista e outra democrata cristã. Com uma abordagem essencialmente socio-semiótica, colhendo influências da história da arte e da imagem, da iconologia e da psicologia da percepção, **bem como dos estudos visuais de género, analisámos alguns exemplos do uso jornalístico de fotografias destas deputadas.** Partindo destes instrumentos metodológicos, esta análise propõe uma interpretação dos sentidos destas imagens, tal como parecem ser construídos pela conjugação de textos e imagens nos jornais, e como podem ir ao encontro de uma mais vasta tradição de formas de representação de género, que **lhe são anteriores e por vezes inconscientes mas que permitem um maior desvendamento dos seus códigos e do seu funcionamento.** Estas associações a estereótipos de representação surgem aqui como propostas de reflexão para uma possível genealogia destas fotografias.

⁶⁹ No nosso estudo analisámos estas intervenções tendo por base as transcrições integrais dos debates sobre os assuntos de género considerados, que estão publicados na série II do *Diário da República*.

A análise a que chegámos demonstrou que a deputada comunista é representada em ação, com gestos de frontalidade e protesto, e em situações de liderança. Porém, as fotografias escolhidas mostram-na, invariavelmente, em poses que tornam quase caricaturais aquelas qualidades que, à partida, seriam as adequadas ao exercício das suas funções. Para além da gestualidade, os textos, onde é quase sempre sujeito da ação, introduzem elementos de interpretação contraditórios que acabam por desqualificar a deputada comunista (como o epíteto “pró-aborto”, na legenda da figura 4). Ela surge como uma “mulher de armas” – e por isso, masculinizada –, num quadro de sentidos que a apresenta como uma figura problemática, contraditória e incerta. Tal como concluem Paxton e Hughes (2007), sempre que as mulheres seguem um caminho de aproximação a valores tidos por masculinos, tendem a ser menos bem aceites. No entanto, as suas qualidades de oradora combativa granjearam-lhe grande presença nos *media*, mas quase sempre com um sentido caricatural e, por vezes, até grotesco.

Ao contrário, a deputada conservadora Maria José Nogueira Pinto é efetivamente a detentora do cargo formal de líder parlamentar da sua bancada e uma das deputadas mais ativas do Parlamento. Apesar disso, as suas fotografias não a mostram combativa nem em ação. São sobretudo imagens conceptuais (Kress e Van Leeuwen, 2006), centrando-se nas suas qualidades essenciais, associadas à feminilidade, na pose, no gesto, na interpelação do espetador. As legendas dos exemplos escolhidos, situam-na como sujeito da ação, mas, ao contrário do que sucede com Odete Santos, sem ambiguidade (embora isso também suceda noutros exemplos⁷⁰). Em geral, a sua frontalidade não é evidenciada nas fotografias, que a mostram conciliadora e pouco assertiva. Também é mais frequente surgir isolada e sem reatores representados, algo importante na representação da liderança. Como se costuma dizer, numa expressão popular, ela poderá até ser “chefe... mas pouco”. O que é curioso é que esta sua maior associação aos valores do seu género, conduzem a uma representação fotográfica que tende a ser melhor negociada relativamente aos valores do seu género do que a da deputada comunista.

Bibliografia

- ÁLVARES, Cláudia. Ética Feminista e a interrogação do Espaço Público Universalista. *Media & Jornalismo* (n.º 15, vol. 8, Outono/Inverno). Lisboa, 1986, p. 55-67.
- AMÂNCIO, Lúcia. *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto, Afrontamento, 1994.
- ARNHEIM, Rudolf. *Arte e Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora*. São Paulo, Pioneira Editora (12ª Edição), 1998.
- BARTHES, Roland. *A mensagem publicitária. A aventura semiológica*. Lisboa, Edições 70, (1ª edição francesa 1963), 1985.
- BARTHES, Roland. *Retórica da imagem. O óbvio e o obtuso*. Lisboa, Edições 70 (1ª edição 1964), 1987.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa, Edições 70 (1ª edição 1957), 1984b.
- BERGER Peter. *Modos de Ver*. Lisboa, Edições 70, 1982 (1ª edição original Penguin Books, 1972).
- BESSE, Maria Graciete (2006). As “Novas Cartas Portuguesas” e a contestação do poder patriarcal. *Latitudes* (n.º 26), abril de 2006, pp. 16-20.
- BURCH, Noel. *Práxis do Cinema*. S. Paulo, Editora Perspectiva, 1992.

⁷⁰ Veja-se nosso artigo Cabrera, Flores e Martins (2011).

- CABRERA, Ana, FLORES, Teresa Mendes, MARTINS, Carla. Representações mediáticas das deputadas portuguesas: o ‘caso’ do Parlamento Paritário”. *Brazilian Journalism Research* (Volume 7 - Número 11). 2011, pp. 75-93.
- CABRERA, Ana, FLORES, Teresa Mendes, MATA, Maria José (2012). O feminino como “intruso” na política: **uma análise do contexto histórico e da representação fotojornalística das deputadas portuguesas** no «parlamento paritário» e nas discussões da lei da paridade. *Revista Media e Jornalismo* (nº 21, Vol. 11) Edição especial on-line, 2012, pp.77-127.
http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaa-jornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista
- CABRERA, Ana; FLORES, Teresa Mendes; MARTINS, Carla; MATA, Maria José. Do Parlamento para os jornais: reflexos mediáticos dos debates da IVG em 20 anos de democracia portuguesa. In: FERIN, CABRERA e SOUSA (Org.). *Pesquisa em Media e Jornalismo. Homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã, Edições LabCom, 2012, (cap. VII) pp.159-201.
- CAMPS, Victoria. La visibilidad de la mujer en el siglo XXI. *Revista Media&Jornalismo*. (nº 21, vol.11), especial on-line, Junho de 2012, pp. 13-23.
http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=494:revista-mediaa-jornalismo-no-21-politica-no-feminino&catid=7:numero-da-revista
- COOK, K. S, WHITMEYER, J. M.. Two Approaches to Social Structure: Exchange Theory and Network Analysis. *Annual Review of Sociology* (Vol. 18), 1992, pp. 109-127
- COVA, Anne, PINTO, António Costa. **O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa**. *Penélope* (n.º 17), 1997, pp. 71-94.
- DA VINCI, Leonardo. *Tratado de Pintura*. Madrid, Akal Edições (original de 1490-1517).
- DELEUZE, Gilles. *Cinema 2: L’Image-Temps*. Paris, Minuit, 1985.
- FERREIRA, Ana Monteiro. Desigualdades de género no actual sistema educativo português. Sua influência no mercado de emprego. In: JOAQUIM, Teresa; GALHARDO, Anabela (Org.). *Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*. Lisboa, Celta Editores, 2003, pp. 97-109.
- FOSTER, Hal. *Vision and Visuality*. New York, The New Press, 1985.
- HALLIDAY, Michael. *An Introduction to Functional Grammar*. London, Edward Arnold, 1985.
- LUCKMANN, Thomas; BERGER, Peter. *A Construção Social da Realidade*. Lisboa, Edições Livraria Almedina, 2010 (1ª edição de 1967).
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo (2006). *Reading Images. The Grammar of Visual Design*. London, Routledge, 2nd Edition, 2006.
- MARNER, Terrence S.J. *A Realização Cinematográfica*. Lisboa, Edições 70.
- MARTINS, Carla. Manuela Ferreira Leite. Perfil mediático de uma candidata a primeira-ministra. In: FIGUEIRAS, Rita (coord.). *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas*. Lisboa, Universidade Católica Editora, 2012, pp. 191-222.
- NOCHLIN, Linda. *Representing Women*. London, Ed. Thames and Hudson, 1999.
- NORRIS, Pippa (Ed.). *Women, Media, and Politics*. New York, Oxford University Press, 1997.
- PAGE, Benjamin I.. The Mass Media as Political Actor. *Political Science and Politics* (Vol. 29, n.º 1), March, 1996, pp. 20-24.
- PAIXÃO, Pedro A.H.. *Desenho. A Transparência dos Signos*. Lisboa: Assírio&Alvim, 2008.
- PANOFSKY, Erwin. *Estudos de Iconologia. Temas Humanísticos na Arte do Renascimento*. Lisbon, Editorial Estampa, 1995.
- PAXTON, Pamela, HUGHES, Melanie M.. *Women, Politics and Power. A Global Perspective*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Pine Forge Press/ Sage, 2007.

- PEIRCE, C.S.. *Semiótica*. S. Paulo, Editora Perspectiva, 2000.
- PHIPPS, Alison. Re-inscribing gender binaries: Deconstructing the dominant discourse around Women's equality in Science, engineering and Technology. *The Sociological Review* (55, 4) 2007, pp. 768-787.
- PRATA, Ana. Look who's talking - A case study of media representation and framing on the abortion issue by portuguese MP's (1996-1998). *Revista Media&Journalism*. (nº 21, VII, 11), nº especial on-line, 2012, pp. 129-143.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Lisboa, Dom Quixote, 1978 (1º edição de 1916).
- SHOUTEN, Maria Johanna. *Uma Sociologia do Género*. Famélico, Edições Húmus, 2011.
- SREBERNY, Annabelle, VAN ZONEN, Liesbet (ed). *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New Jersey, Hampton Press Inc., 2000.
- SILVEIRINHA, Maria João. *Os Média e as Mulheres*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- SILVEIRINHA, Maria João. O discurso feminista e os estudos dos média: em busca da ligação necessária. Repositório BOCC ON_LINE, in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>, 2008.
- SILVEIRINHA, Maria João. **De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma**. *Media & Jornalismo* (n.º15, vol, 8, n.º 2 Outono/Inverno), 2009, pp. 7-11.
- SOLOMON-GODEAU, Abigail. *Male Trouble. A crisis in Representation*. London and New York, Thames and Hudson, 1997.
- ROSS, Karen, SREBERNY, Annabelle. Women in the House: Media Representations of British Politicians. In: SREBERNY, Annabelle, VAN ZONEN, Liesbet (ed.). *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New Jersey, Hampton Press, Inc., 2000, p. 79-100.
- ROSS, Karen. *Women Politicians and Malestream Media: a game of two sides*. Centre for Advancement of Women in Politics. (Occasional paper, 1), 2003.
- ROSS, Karen. *Gendered media: women, men, and identity politics*. London, Rowman & Littlefield, 2010.
- TAVARES, Manuela. *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa, Texto Editores, 2011.
- TAVARES, Manuela. Políticas neoliberais e participação política e social das mulheres. *Fórum Social Português*. Conferência: «As políticas neoliberais e a degradação da democracia». 7 de Junho de 2003.
- VICENTE, Ana. *20 anos ao serviço da Igualdade*. **Presidência do Conselho de Ministros**. Alto-comissário para as Questões da Igualdade e da Família, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, Lisboa, 1997.
- WAHL-JORGENSEN, Karin. Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992. In: SREBERNY, Annabelle, VAN ZONEN, Liesbet (ed). *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New Jersey, Hampton Press, Inc., 2000, p. 53-78.
- WEBER, Max. *Sociologia* (Gabriel Cohn org.). São Paulo: Ática, 1